- c) Pelo Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas — um representante;
d) Pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social — três representantes.

3 — O grupo de trabalho interministerial será coordenado por um dos representantes a designar pelo Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

4 — O presente despacho produz efeitos desde a data da sua assinatura.

28 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — O Ministro da Economia e da Inovação, *Manuel António Gomes de Almeida de Pinho*. — O Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Jaime de Jesus Lopes Silva*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*.

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS

Portaria n.º 1112/2005 (2.ª série). — Na sequência do Regulamento (CE) n.º 923/2005, da Comissão, de 15 de Junho, e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 122/2005, de 2 de Agosto, ficou o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) autorizado a proceder à aquisição de serviços de recepção e transporte, descarga e armazenagem de cereais de intervenção da Hungria numa quantidade que poderá ascender às 200 000 t, tendo o montante máximo da despesa sido fixado através do despacho conjunto n.º 595-A/2005, de 17 de Agosto.

Foi lançado o procedimento de negociação com publicação de anúncio, nos termos da alínea b) do artigo 83.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 18 de Junho. No entanto, apesar de a única proposta negociada cumprir as condições do caderno de encargos, o preço apresentado ultrapassava em larga medida os valores estipulados nas alíneas 2) e 4) do despacho conjunto n.º 595-A/2005.

Tendo sido a proposta supra-referida considerada inaceitável, foi, em consequência, dada a imperiosa urgência da aquisição de serviços,

autorizada a alteração do procedimento para ajuste directo, por despacho conjunto dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, precedido de consulta e negociação com várias empresas, cuja tramitação ainda decorre e da qual resultarão previsivelmente encargos orçamentais plurianuais.

Nos termos do n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, a abertura do procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico carece de prévia autorização dos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, conferida através de portaria.

Assim:

Manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, o seguinte:

1.º Pelo presente diploma o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) fica autorizado a proceder à repartição de encargos relativos ao contrato a celebrar com a entidade a quem vier a adjudicar a aquisição de serviços da seguinte forma, a cujos montantes acrescerá o IVA à taxa legal em vigor:

2005 — € 4 361 400;
2006 — € 4 623 738,21.

2.º O INGA, se tal se mostrar necessário, fica ainda autorizado a transferir os eventuais saldos de 2005 para 2006.

17 de Outubro de 2005. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Fernando Teixeira dos Santos*. — Pelo Ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, *Luís Medeiros Vieira*, Secretário de Estado Adjunto, da Agricultura e das Pescas.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Secretaria-Geral

Listagem n.º 213/2005. — Benefícios concedidos pelo Ministério da Defesa Nacional, de acordo com a Lei n.º 26/94, de 19 de Agosto — 1.º semestre de 2005:

Entidade decisora	Beneficiário	Montante do benefício (em euros)	Data da decisão
Ministro da Defesa Nacional	Associação dos Deficientes das Forças Armadas	35 000	2-3-2005
	Associação Portuguesa Treino de Vela (APORVELA)	39 500	7-5-2004
<i>Total</i>		74 500	

28 de Outubro de 2005. — O Secretário-Geral-Adjunto, *Jorge Correia Jacinto*.

FORÇA AÉREA

Comando Operacional da Força Aérea

Base Aérea n.º 5

Despacho n.º 23 540/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deogo no 2.º comandante, *TCOR/PILAV/059475-L*, Mário Alberto Vilhena da Salvação Barreto, a competência para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º, em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, do mesmo diploma, até ao montante de € 50 000.

2 — Este despacho produz efeitos a partir de 4 de Outubro de 2005, ficando, deste modo, ratificados todos os actos praticados no âmbito desta delegação.

17 de Outubro de 2005. — O Comandante, *João Luís Ramirez de Carvalho Cordeiro*, COR/PILAV.

Despacho n.º 23 541/2005 (2.ª série). — *Delegação de competências.* — 1 — Ao abrigo do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, deogo no comandante da Esquadra de Administração e Intendência, *MAJ/ADMAER/082184-F*, Alexandre Rosa de Oliveira

Borges, a competência para autorizar a realização de despesas com aquisição de bens e serviços e empreitadas de obras públicas que me é conferida pela alínea a) do n.º 1 do artigo 17.º, em conjugação com a alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º, do mesmo diploma, até ao montante de € 25 000.

2 — Em conformidade com o disposto no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 21/82, de 30 de Janeiro, deogo na mesma entidade a competência para autorizar o pagamento de despesas e cobrança de receitas, bem como assinar as requisições de fundos e outra documentação relativa à execução da gestão financeira corrente da Base Aérea n.º 5.

3 — Este despacho produz efeitos a partir de 4 de Outubro de 2005, ficando, deste modo, ratificados todos os actos praticados no âmbito desta delegação.

17 de Outubro de 2005. — O Comandante, *João Luís Ramirez de Carvalho Cordeiro*, COR/PILAV.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Justiça

Despacho n.º 23 542/2005 (2.ª série). — Nos termos das disposições conjugadas do n.º 6 do artigo 63.º e do n.º 4 do artigo 64.º, ambos da Lei n.º 47/86, de 15 de Outubro, com a redacção introduzida